

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA OMNILATERAL E POLITÉCNICA: UMA PROPOSTA EM CONSTRUÇÃO

FIELD EDUCATION IN THE OMNILATERAL AND POLYTECHNIC PERSPECTIVE: A PROPOSAL IN CONSTRUCTION

Ivonei Andrioni¹

Ilma Ferreira Machado²

Rose Márcia da Silva³

RESUMO

O presente trabalho objetiva compreender como transitam os princípios da formação omnilateral e politécnica na proposta político-pedagógica, nas práticas dos professores, dos gestores, dos pais e dos alunos de uma escola do campo, bem como identificar como a escola se relaciona com o seu entorno: sindicatos, pastorais, associação de produtores (as), cooperativa. O objeto da pesquisa é a Escola Estadual Florestan Fernandes, no Assentamento Doze de Outubro, no Município de Cláudia/MT. O método referência que permeia a pesquisa é o histórico crítico. Para a pesquisa de campo utilizamos as técnicas de observação, análise documental. Os resultados apontam que há convergências entre os projetos que estão sendo desenvolvidos na Escola e os Projetos desenvolvidos pela comunidade; a escola procura articular ensino e trabalho, formação técnica e humana, na perspectiva da politécnica e da formação omnilateral. Concluímos que existe um grande caminho a ser percorrido, e que os caminhantes (professores, pais, alunos, conselheiros) sabem dos limites e das possibilidades, e estão determinados a fazer o percurso, administrando e superando as dificuldades que estão postas; também, estão preparados para enfrentar aquelas que, surpreendentemente, as circunstâncias poderão apresentar.

Palavras-chave: Educação do Campo; Formação Omnilateral; Formação Politécnica.

ABSTRACT

The present work aims to understand how passing through the principles of omnilateral and polytechnic training in political-pedagogical proposal, in the practices of teachers, administrators, parents, and students of a school of the field, as well as identify how the school relates to its surroundings: unions, pastoral, producers' association, cooperative. The object of research is the State High School Florestan Fernandes, in the settlement 12 October, in the municipality of Claudia/MT. The method reference that permeates the research is the critical history. For the field research we used the techniques of observation, documentary analysis. The results indicate that there is a nearness between the projects that are being developed in school and projects developed by the community; the school seeks to articulate education and work, technical formation and human, in the perspective of polytechnic and omnilateral formation. We conclude that there is a long road to be travelled, and that hikers (teachers, parents, students, counselors) know the limits and possibilities, and are determined to do the

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMT). Graduado em Estudos Sociais pela UNIFEBE (Centro Universitário de Brusque), Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Professor da Educação Básica da rede estadual de Mato Grosso.

² Professora Adjunta da Universidade do Estado de Mato Grosso, atuando no curso de Pedagogia, nas áreas de Didática e Estágio Supervisionado, e no Mestrado em Educação (PPGEdu/UNEMAT). Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pós-doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

³ Doutoranda no Programa de Políticas Públicas e Formação Humana (PPFH/UERJ). Graduada em Letras e Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Técnica em Assuntos Educacionais – IFMT Campus Avançado Sinop.

course, managing and overcoming the difficulties that are put; also, are prepared to face those who, surprisingly, the circumstances may present.

Keywords: Field education; omnilateral formation; polytechnic formation.

INTRODUÇÃO

Historicamente a Educação do Campo⁴ nunca esteve entre as prioridades nas políticas públicas de educação. O projeto de Educação do Campo foi sendo postergado, ou seja, a Educação do Campo só passou a ter visibilidade como política pública a partir das manifestações dos movimentos sociais que visualizam a possibilidade de efetivação de outro projeto de educação escolar. Talvez uma das causas da postergação seja que o trabalho no campo, historicamente, tenha sido realizado pelos trabalhadores indígenas da América e/ou negros trazidos da África, que o realizavam na condição de escravos e, a aprendizagem era repassada de trabalhador para trabalhador sob a vigilância do capanga que fazia as ordens do senhor da Casa Grande.

No Estado de Mato Grosso, o projeto de Educação do Campo, protagonizado pelos movimentos sociais, setores das universidades e de modo incisivo pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) vai se materializando a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que insere no Art. 205 que a educação é direito de todos; com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9394/1996, que afirma no Art. 28 que os conteúdos curriculares, as metodologias e o calendário nas escolas de educação rural devem atender as reais necessidades e os interesses da sua região; com a Constituição do Estado de Mato Grosso de 1999; e ganha corpo com a Resolução nº 126/2003, em que o Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo no Sistema Estadual de Ensino de Mato Grosso; com a aprovação do Plano Estadual de Educação 2006–2016 (MATO GROSSO, 2008); com as Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso (OCs⁵) (MATO GROSSO, 2010); e com a Resolução Normativa nº 003/2013-CEE/MT, que dispõe sobre a oferta da Educação do Campo, no Estado de Mato Grosso.

Neste trabalho buscamos compreender como transitam os princípios da formação omnilateral e politécnica na proposta político-pedagógica, nas práticas dos professores, dos

⁴ Conforme o artigo 1º da Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008, a Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrado com o ensino Médio e destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros (BRASIL, 2000).

⁵ A sigla OCs será utilizada com frequência no texto.

gestores, dos pais e alunos de uma escola do campo. Buscamos, ainda, identificar como a escola se relaciona com o seu entorno: MST, Cooperativa dos Produtores Agroecológicos, Sindicato dos Trabalhadores do Campo, Pastorais, Sindicato dos Trabalhadores de Educação Pública do Mato Grosso (SINTEP) e Secretaria Estadual de Educação; e como estes movimentos se fazem presentes e contribuem na construção do Proposta Político-Pedagógica da Escola.

O presente trabalho teve como campo empírico a Escola Estadual Florestam Fernandes, localizada no Assentamento Doze do Outubro, no Município de Cláudia, região norte de Mato Grosso. O método referência na pesquisa foi o histórico-crítico e as técnicas utilizadas foram a observação, a análise de documentos, sendo o principal deles, o Projeto Político-Pedagógico da escola. As observações foram realizadas durante atividades pedagógicas, tais como: aulas, recreio e reuniões pedagógicas, em um período de três meses.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA PROPOSTA PARA SUPERAR A DUALIDADE

A Educação do Campo é uma das modalidades que assume o protagonismo de superar a velha escola binária, em que de um lado temos uma escola “[...] para a classe proprietária, identificada como a educação dos homens livres” e do outro lado uma escola “para a classe não-proprietária, identificada como a educação para os servos e serviçais” (SAVIANI, 2007, p. 155). Dualidade que para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), alcança o auge do retrocesso, “[...] a regressão mais profunda” nos últimos anos do século XX, e toma forma com LDBN/1996 e com o Decreto nº 2.208/97, que determina o fim da equivalência, com retorno da separação entre formação geral e formação técnica, com base na “[...] pedagogia das competências para a empregabilidade” (p. 13).

O Documento Base (BRASIL, 2007, p. 13), afirma que a dualidade na educação, separação entre formação profissional e formação científica, sempre esteve impregnada nos documentos oficiais que regulamentam a educação. Mesmo em 1961, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 4.024/61, que a equivalência entre os cursos do mesmo nível, sendo que

[...] essa dualidade só acabava formalmente, já que os currículos se encarregavam de mantê-la, uma vez que a vertente do ensino voltada para a continuidade de estudos em nível superior e, portanto, destinada às elites, continuava privilegiando os conteúdos que eram exigidos nos processos seletivos de acesso à educação superior, ou seja, as ciências, as letras e as artes. Enquanto isso, nos cursos profissionalizantes, esses conteúdos eram reduzidos em favor das necessidades do mundo do trabalho (BRASIL, 2007, p. 13-14).

Contrapondo a concepção burguesa de formação e organização da escola, pretende-se, a partir da perspectiva socialista de educação, oportunizar a todos o acesso aos princípios da

ciência, da tecnologia, da organização econômica e social, bem como aos instrumentos de produção e dos resultados de sua produção. Faz-se necessário que a escola oportunize conhecimento dos princípios da organização do trabalho e das técnicas de produção, mas que também seja oportunizado apropriar-se dos bens produzidos bem como o desenvolvimento das capacidades de pensar, posicionar-se frente a realidade atual, interferir e fazer história. Ou seja, faz-se necessário oportunizar formação politécnica e omnilateral, o que para Frigotto (2012), significa

[...] um novo projeto societário – um projeto socialista – que libere o trabalho, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura e as relações humanas em seu conjunto dos grilhões da sociedade capitalista; um sistema que submete o conjunto das relações de produção e relações sociais, educação, saúde, cultura, lazer, amor, afeto e, até mesmo grande parte das crenças religiosas à lógica Mercantil (FRIGOTTO, 2012, p. 267).

Freire (1967), afirma que essa escola que o trabalhador precisa implica,

[...] não uma memorização visual e mecânica de sentenças, de palavras, de sílabas, desgarradas de um universo existencial – coisas mortas ou semimortas – mas numa atitude de criação e recriação. Implica numa auto formação de que possa resultar uma postura interferente do homem sobre seu contexto. [...] Por isso a alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, como uma doação ou uma imposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto, apenas com a colaboração do educador (FREIRE, 1967, p. 110).

O objetivo das OCs é “[...] superar a concepção dualista, taylorista/fordista ainda presente na maioria das escolas da rede”, com a efetivação da escola organizada por ciclo de formação humana na perspectiva da escola humanista, bem como incorporação dos conceitos de escola unitária e politécnica na proposta político-pedagógica das escolas (MATO GROSSO, 2010, p. 25).

Ainda segundo o documento das OCs, com base nas ideias de Gramsci, “a escola unitária, ou de formação humanista, ou de cultura geral, deveria propor-se à tarefa de propiciar a inserção dos jovens na atividade social, na criação intelectual e prática e no desenvolvimento de certa autonomia de orientação e iniciativa (MATO GROSSO, 2010, p. 22).

Para Caldart (2015, p. 117), o projeto de educação forjado pelos movimentos sociais busca superar o projeto pensado pela classe que vive da exploração do trabalho de outros seres humanos. O objetivo da Educação do Campo não é ocultar, mas explorar e potencializar as contradições da sociedade atual de modo a “[...] vincular esta instituição educativa ao desafio de novas relações sociais ou da formação de seres humanos capazes de se assumir como sujeitos concretos da luta social na direção de outro modo de produção, de outra forma de sociedade”.

Para Molina e Sá,

A concepção de escola do campo se insere também na perspectiva gramsciana da Escola Unitária, no sentido de desenvolver estratégias epistemológicas e pedagógicas que materializam o projeto marxiano da formação humana Omnilateral, com sua base unitária integradora entre trabalho, ciência e cultura, tendo em vista a formação dos intelectuais da classe trabalhadora (2012, p. 324).

Para a Entrevistada 1, ex-aluna da Escola Estadual Florestan Fernandes, a Educação do Campo “[...] não exige muito do aluno e forma pessoa de atitude e de opinião”, de acordo com ela, a escola está preocupada, também com a “[...] formação de um ser humano crítico e, não com a formação daquela pessoa que só ouve e guarda para si, vai no caderno escreve e boa, só isso, não, a gente tem a nossa opinião dentro da escola, nossa voz e vez”.

DE ONDE ESTAMOS FALANDO

O objeto de nossa pesquisa é uma escola do campo, criada em 2010, que organiza a proposta político-pedagógica a partir dos princípios da Educação do Campo e está localizada num assentamento de Reforma Agrária. A Escola Estadual Florestan Fernandes atende alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio Regular.

O projeto educativo da escola foi/está sendo construído a partir da concepção de educação protagonizada pelos movimentos sociais, de modo especial o MST, respaldando-se legalmente nas OCs (2010); nas Orientações Curriculares das Diversidades Educacionais de Mato Grosso (2010); no Plano Nacional de Educação (2014); e na revisão do Plano Estadual de Educação (2014). O projeto permeia a luta pelo direito à terra, direito à saúde e direito à casa própria e além de construir uma base sólida, garante os princípios de educação presentes na Constituição Federal de 1988 e na LDBN/1996.

Consta no Projeto Político Pedagógico (2016) que

A Escola Estadual Florestan Fernandes está localizada no Assentamento 12 de Outubro, próximo à rodovia BR 163, no km 890, município de Cláudia-MT, distante 50 km da cidade de Sinop – MT. A escola conta com 18 profissionais, incluído Professores (as), Técnicos em Administração Escolar, Técnicos em Vigilância Escolar, Técnico em Nutrição e Agentes de Limpeza. Estamos atendendo em torno de 110 alunos, parte residem no Assentamento e parte reside em comunidades vizinhas. Estes últimos, maioria utiliza o transporte escolar para ter acesso à escola. [...] Observando as necessidades, o conjunto da escola, os alunos, servidores, famílias, percebeu-se a necessidade de efetivar um processo pedagógico diferenciado, onde as intervenções são realizadas por meio de projetos, o que torna a escola mais dinâmica e seu entorno se transforma em um laboratório de pesquisa para todas as áreas do conhecimento (ESCOLA ESTADUAL FLORESTAN FERNANDES, 2016, p. 10).

Todos os profissionais que atuam na escola residem no assentamento, possuem graduação, e parte deles é formada em Pedagogia do Campo, pela Universidade do Estado de Mato Grosso. A maioria não é concursada, mas contratada temporariamente. A escola recebe

alunos do assentamento e de comunidades vizinhas, que utilizam o transporte escolar. Os alunos intercalam suas atividades entre o tempo de escola e o tempo de trabalho, junto com seus familiares.

Os assentados sobrevivem da agricultura familiar, e comercializam a produção em uma feira agroecológica organizada por eles próprios, na cidade de Sinop. A comunidade do Assentamento Doze do Outubro se orgulha em afirmar que

[...] tem como forma de organização um projeto de desenvolvimento sustentável (PDS). Uma vez que 80% da sua área é de floresta e demanda preservação, sendo os 20% restantes de área aberta para o cultivo da agricultura familiar. Nesta realidade temos como proposta pedagógica uma escola que contemple as necessidades de uma educação no/do campo, com resgate da cultura camponesa, com bases no sistema de produção agroecológica/agroflorestal, economia solidária e cooperativismo. As aulas são planejadas com base nas Orientações Curriculares para a Educação Básica do Estado de Mato Grosso (2010). Além de contemplar os conceitos citados acima, uma vez que os mesmos são de suma importância para nossa comunidade. Nesta perspectiva os educadores da Escola Estadual Florestan Fernandes compreenderam a necessidade de se trabalhar com projetos de aprendizagem, através de um planejamento participativo que contemple a realidade local (ESCOLA ESTADUAL FLORESTAN FERNANDES, 2016, p. 6).

Percebe-se o interesse e a determinação da comunidade escolar em interagir com seu entorno, bem como associar o conteúdo curricular às experiências com o mundo do trabalho e produção de alimentos. Ou seja, é comum ver alunos, profissionais da educação, pais, Conselho Consultivo e Deliberativo da Escola, a Associação dos Cooperados, os participantes do Projeto Cantasol⁶, as pastorais, enfim, a sociedade planejando, junto, a organização e funcionamento da escola.

OUTRO PROJETO DE ESCOLA PARA OUTRO PROJETO DE SOCIEDADE

A sociedade de hoje é a sociedade de classes, a escola que temos é a escola pensada na e pela sociedade de classes, forjada pela burguesia e protagonizada pelo Estado Burguês. Estado ao qual é imputada a responsabilidade de financiamento e manutenção da educação pública de qualidade e para todos. Só não está explícito no projeto de educação protagonizado pelo estado capitalista que a estrutura organizacional do Estado está a serviço da classe dominante, que é proprietária, também, dos meios de produção e dos meios de divulgação cultural.

⁶ O Sistema Canteiros de Comercialização Solidária (CANTASOL) tem origem nas experiências do Sistema de Comercialização Solidária (SISCOS) do Instituto Ouro Verde (IOV) de Alta Floresta, MT. Surgiu a partir do projeto de Pesquisa e Extensão Universitária, Canteiros de Sabores e Saberes (CANTEIROS), da UNEMAT de Sinop, MT. Semanalmente, os produtores apresentam uma lista de produtos agroecológicos disponíveis à venda, os compradores fazem suas encomendas e as retiram em um ponto de entrega na UNEMAT (CANTASOL, disponível em http://www.cantasol.org.br/portal/?pg=s_cantasol. Acesso em: 15 jun. 2016).

Para Marx e Engels (1998.) faz-se necessário saber que na sociedade de classes, “a classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios de produção intelectual” (p. 48). E que o “Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e seus interesses, tanto externa como internamente” (p. 74).

Segundo os autores,

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder material dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante (MARX; ENGELS, 1998, p. 48).

Ainda segundo Marx e Engels(2004), entende-se por educação três coisas:

1) Educação intelectual; 2) Educação corporal, tal como a que se consegue com os exercícios de ginástica e militares; 3) Educação tecnológica, que recolhe os princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção e, ao mesmo tempo, inicia as crianças e os adolescentes no manejo de ferramentas elementares dos diversos ramos industriais (MARX; ENGELS, 2004, p. 68).

Nesta mesma perspectiva, para superar a escola dualista,

A escola unitária ou de formação humanista, ou de cultura geral, deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa (GRAMSCI, 2011, p. 36).

Nesse sentido, para superar a escola dualista, o autor sugere uma escola única para todos, visto que “a divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais” (GRAMSCI, 2011, p. 33).

Faz-se necessário superar a escola dualista e criar uma escola que

[...] dê à criança a possibilidade de se formar, de se tornar homem, de adquirir aqueles critérios gerais necessários para o desenvolvimento do caráter. [...] Uma escola que não hipoteque o futuro do garoto, nem obrigue sua vontade, sua inteligência, sua consciência e informação a se mover na bitola de um trem com estação marcada. Uma escola de liberdade e livre iniciativa e não uma escola de escravidão e de mecanicidade (NOSELLA, 2010, p. 50).

A comunidade do Assentamento Doze de Outubro almeja uma escola que prepare para o trabalho e para a cidadania, que tenha um currículo próprio da comunidade, que atenda as demandas do campo com formação para a agroecologia, reforma agrária, economia solidária

e que, também, oportunize formação política para o movimento e enfrentamento das políticas do capital e do agronegócio. Uma escola que oportunize formação para entender e dominar os princípios da ciência e da tecnologia e prepare para prosseguir nos estudos.

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO: FORMAÇÃO OMNILATERAL E POLITECNIA

O projeto de Educação do Campo protagonizado pelos movimentos sociais do campo e, pelos educadores brasileiros considerados progressistas, entre os quais destacamos Frigotto, Saviani, Nosella, Freitas, Molina, Caldart, objetiva formação integral: para o trabalho, para prosseguir nos estudos, para o desenvolvimento psicológico e emocional, bem como para posicionar-se frente a realidade atual.

Para Marx e Engels (2010, p. 58) faz-se necessário superar a sociedade de classes e, a alternativa para isso é transformar o modo de produção e as relações sociais: “unificação” do trabalho obrigatório para todos”; a “abolição gradual da distinção entre a cidade e o campo por meio de uma distribuição mais igualitária da população pelo país”; bem como “educação pública e gratuita a todas as crianças” e “associação da educação com a produção material”.

Cabe ao trabalhador entender que

[...] o mundo sensível que o cerca não é um objeto dado diretamente, eterno e sempre igual a si mesmo, mas sim o produto da indústria e do estado da sociedade, no sentido de que é um produto histórico, o resultado de toda uma série de gerações, sendo que cada uma delas se alça sobre os ombros da precedente, aperfeiçoava sua indústria e seu comércio e modificava seu regime social em função das necessidades (MARX; ENGELS, 1998, p. 43).

Há uma relação muito próxima entre as condições sociais e econômicas dos familiares dos alunos com a qualidade da frequência e da produção dos alunos em sala de aula. Ou seja, “nota-se que à medida que o nível socioeconômico aumenta, diminui o nível de reprovação na rede, revelando, portanto, que as áreas de pobreza continuam sendo alvo da reprovação” (FREITAS, 2009, p. 58).

Para Frigotto (2012, p. 273), as práticas sociais do trabalho e da educação coexistem desde que o homem se reconhece como ser humano. O homem se sobrepõe aos demais seres da natureza pela prática do trabalho e, por meio da educação o homem vai socializando de geração para geração as invenções científicas e as técnicas de produção, bem como as experiências, os valores, as normas construídas pelos seres humanos no decorrer da história.

Marx e Engels (2004, p. 101), afirmam que se faz necessário “[...] interligar o trabalho produtivo com a instrução e a ginástica, não só como forma de aumentar a produção

social, mas também como único e exclusivo processo de formar homens completos”. É esta união entre produção intelectual, exercícios corporais e formação politécnica que proporciona aos filhos da classe trabalhadora elevar-se para além da classe burguesa e aristocrática. Ou seja, “[...] na sociedade socialista o trabalho e educação estão interligados e que assim se assegurará uma cultura técnica múltipla, bem como uma base prática para a educação científica”.

Para Marx (2013) a união entre trabalho e educação tem início com a proposta de educação protagonizada por Robert Owen, ao afirmar que no próprio sistema fabril

[...] brota o germe da educação do futuro, que há de conjugar, para todas as crianças a partir de certa idade, o trabalho produtivo com o ensino e a ginástica, não só como forma de incrementar a produção social, mas como único método para a produção de seres humanos desenvolvidos em suas múltiplas dimensões. [...] A substituição do indivíduo parcial, mero portador de uma função social de detalhe, pelo indivíduo plenamente desenvolvido, para o qual as diversas funções sociais são modos alternantes da atividade. Uma fase desse processo de revolucionamento, constituída espontaneamente com base na grande indústria, é formada pelas escolas politécnicas e agrônômicas, e outra pelas escolas profissionalizantes, em que filhos de trabalhadores recebem alguma instrução sobre tecnologia e manuseio prático de diversos instrumentos de produção (MARX; ENGELS, 2013, p. 554 e 558).

Consta no Projeto Pedagógico da escola que a educação escolar, na perspectiva que está posta pelo capital, não passa de

[...] uma organização sistemática organizada para reproduzir o que as sociedades impõem. Buscando sempre criar mão de obra para atender o mercado de trabalho do mundo capitalista, que é um sistema cruel e excludente, por não haver espaços para todos. Neste contexto, se sente como uma instituição isolada da realidade do cidadão. Apesar de ter a concepção de forma a criar cidadãos críticos capazes de questionar e lutar por seus direitos, seus educadores ainda conservam os princípios da escola tradicional (ESCOLA ESTADUAL FLORESTAN FERNANDES, 2016, p. 1).

Ainda, segundo a escola, a organização da educação imposta pelo capital imputa uma concepção em que a escola reforça a monocultura típica do agronegócio que vai na contramão da cultura do campo que tem como princípio histórico a diversificação de culturas; impede a “consciência de classe, pois não tem acesso a formação política, ideológica, onde o mesmo possa se comportar de forma crítica dentro dessa sociedade exploradora”; facilita, naturaliza a má distribuição de renda e impede ao trabalhador o conhecimento dos princípios da ciência, da tecnologia e da organização social, política e econômica, bem como “o trabalhador é privado o acesso aos bens tecnológicos, culturais” (ESCOLA ESTADUAL FLORESTAN FERNANDES, 2016, p. 1).

FORMAÇÃO OMNILATERAL

Andrioni (2016) afirma que os fundamentos desta outra concepção (formação Omnilateral) nascem com Marx e Engels e vão ganhando espaço com os socialistas Gramsci, Manacorda, Lukács, Pistrak. O autor afirma que

[...] a formação Omnilateral, protagonizada pelos socialistas, ao contrário da escola burguesa (que separava formação científica e formação técnica, por pertencimento em uma das classes social/econômica do estudante), tem o objetivo de proporcionar formação integral para todos os alunos. Além de proporcionar conhecimento dos princípios da ciência, da organização social, política e econômica, oferece também formação técnica para o manejo dos instrumentos de produção (ANDRIONI, 2016, p. 37).

Para Frigotto (2012, p. 267)

As possibilidades do desenvolvimento humano Omnilateral e da educação Omnilateral inscrevem-se, por isso, na disputa de um novo projeto societário – um projeto socialista – que libere o trabalho, o conhecimento, a ciência, a tecnologia, a cultura e as relações humanas em seu conjunto dos grilhões da sociedade capitalista; um sistema que submete o conjunto das relações de produção e relações sociais, educação, saúde, cultura, lazer, amor, afeto e, até mesmo grande parte das crenças religiosas à lógica mercantil.

A perspectiva de formação omnilateral é protagonizada pela Escola Estadual Florestan Fernandes, que afirma na Proposta Político-Pedagógica que é objetivo transformar a escola num espaço de “[...] socialização e desenvolvimento do educando, visando prepará-lo para o exercício da cidadania através da prática e do cumprimento dos direitos e deveres”, bem como “[...] trabalhar os valores culturais”, e “[...] interagir elementos da vida social aos conteúdos”, alunos estes que devem posicionar-se como sujeitos “[...] transformadores da sociedade, além de críticos, responsáveis e participantes” (ESCOLA ESTADUAL FLORESTAN FERNANDES, 2015, p. 2).

A Escola Estadual Florestan Fernandes materializa sua preocupação com a formação omnilateral ao afirmar na Proposta Político-Pedagógica que os alunos devem participar do planejamento e da execução dos projetos da escola, além de participar ativamente no Conselho Consultivo e Deliberativo da Escola. Ou seja, a escola oportuniza a seus alunos formação política e comprometimento social, bem como a preparação para o trabalho, pois tem como propósito construir uma escola

[...] que contemple as necessidades de uma educação no/do campo, com resgate da cultura camponesa, com bases no sistema de produção agroecológica/agroflorestal, economia solidária e cooperativismo. As aulas são planejadas com base nas orientações curriculares estaduais, além de contemplar os conceitos citados acima, uma vez que os mesmos são de suma importância para nossa comunidade. Nesta perspectiva os educadores da Escola Estadual Florestan Fernandes compreenderam a

necessidade de se trabalhar com projetos de aprendizagem, através de um planejamento participativo que contemple a realidade local (ESCOLA ESTADUAL FLORESTAN FERNANDES, 2016, p. 6).

É comum ver os alunos acompanhando seus pais nas formações sindicais, no fechamento da Rodovia como forma de ganhar visibilidade diante das reivindicações indispensáveis para sobreviver no campo; ver os alunos liderando os movimentos de ocupação das escolas públicas, como forma de chamar a atenção dos órgãos responsáveis pela aprovação das Parcerias Públicas Privadas, que o projeto está na contramão da concepção pública de educação de qualidade e para todos. Situações que vão ao encontro das palavras de Caldart (2011, p. 151) que afirma que

[...] este nosso movimento por uma educação do campo se afirma como um basta aos “pacotes” e à tentativa de fazer das pessoas que vivem no campo instrumentos de implementação de modelos que as ignoram ou escravizam. Queremos participar diretamente da construção do nosso projeto educativo; queremos aprender a pensar sobre a educação que nos interessa enquanto seres humanos, enquanto sujeitos de diferentes culturas, enquanto classe trabalhadora do campo, enquanto sujeitos das transformações necessárias em nosso país, enquanto cidadãos do mundo.

FORMAÇÃO POLITÉCNICA

Para Marx e Engels (2004) a formação politécnica “defendida por escritores proletários, deve compensar os inconvenientes que se derivam da divisão do trabalho, que impedem o alcance do conhecimento profundo de seu ofício aos seus aprendizes” (MARX; ENGELS, 2004, p. 109).

A formação politécnica é um dos princípios da Educação do Campo, educação essa protagonizada pelo Movimento Sem Terra, tanto nas escolas de assentamento como na escola itinerante. Ali a articulação entre a produção de pequenos trabalhos, formação intelectual e, princípios gerais dos processos de produção, apontam para uma organização social que supere os princípios de alienação econômica, cultural, educacional e política. Pretende-se com o ensino

[...] iniciar os alunos nos princípios fundamentais dos processos essenciais dos ramos mais importantes da produção moderna e os dotar de noções sobre o emprego dos principais instrumentos de produção, será dado através das matérias de cultura geral (Matemática, Física, Química, Biologia, Geografia, Desenho Técnico) e por meio do ensino do trabalho e de excursões aos centros de trabalhos (canteiros de construções, usinas, fábricas, parques automobilísticos, centrais elétricas, cooperativas, fazendas, etc.) (LEMME, 2004, p. 131).

Para Marx e Engels (2004) esse exercício de alternância “metade trabalho e metade escola torna cada uma das duas ocupações descanso e recreação em relação a outra” (p. 72). Ou seja, a alternância é uma das maneiras de superar o “dia escolar monótono, improdutivo e

prolongado das crianças das classes superiores e médias”, sem contar que segundo os inspetores de fábrica afirmaram que “as crianças empregadas nas fábricas, embora só tivessem meia frequência escolar, aprendem tanto e muitas vezes mais que os alunos regulares que tinham a frequência diária integral”. Sem essa condição, também, “aumenta o trabalho do professor, que desperdiça o tempo, a saúde e a energia das crianças de maneira infrutífera e absolutamente prejudicial”. Ou seja, é através da conjugação do trabalho fabril e educação que “brotou o germe da educação do futuro que conjugara o trabalho produtivo de todos os meninos além de uma certa idade com o ensino e a ginástica, constituindo-se em método de se elevar a produção social e de único meio de produzir seres humanos plenamente desenvolvidos” (p. 73)

Para a Escola Estadual Florestan Fernandes (2016) esta união trabalho e educação está presente nas relações de sociais e produtivas desenvolvidas pelos alunos junto de seus familiares, onde trabalho e educação se confundem, estão entrelaçados, a aprendizagem passa dos pais para os filhos, entre irmão e de filhos para os pais. A Escola é significativa na formação para o trabalho, prova disso é a escolha do projeto Horta Mandala “[...] como projeto principal uma vez que o mesmo está relacionado como proposta estabelecida de acordo com a nossa realidade e através do mesmo podemos realizar o exercício dos conceitos agroecológicos/agroflorestais” (ESCOLA ESTADUAL FLORESTAN FERNANDES, 2016, p. 6).

Segundo a Entrevistada 2, presidente do Conselho Consultivo e Deliberativo da Escola Florestan Fernandes, os conteúdos que os alunos aprendem no Projeto Horta Mandala estão relacionados com questões que a comunidade necessita para desenvolver os projetos: Cantasol; Feira Livre; Viveiro de Mudanças Frutíferas e de Plantas Nativas; Economia Solidária e da Cooperativa Coopervia, sob princípios fundamentais para operar o processo de produção que possibilite ao homem transformar o meio em benefício próprio sem provocar a morte do princípio da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constata-se que há convergências, um entrelaçamento entre a proposta político-pedagógica da escola e os projetos que desenvolvidos no assentamento. É comum ver profissionais da educação liderando, trabalhando nos projetos que estão sendo desenvolvidos pela comunidade, bem como identificar os trabalhadores do assentamento assumindo cargos de liderança e participando na elaboração e desenvolvimento de projetos na escola. Da mesma forma, é possível constatar a presença e participação dos alunos tanto nos projetos da escola, quanto nos projetos do assentamento.

Na Proposta Político-Pedagógica da Escola não constam as disciplinas Reforma Agrária, Economia Solidária e Agroecologia. Mas nas práticas desenvolvidas pela comunidade escolar e seu entorno, percebe-se que os princípios de economia solidária e agroecologia, bem como o de luta para garantir o direito à terra, a moradia, a educação de maneira a garantir o direito à vida, ao trabalho e a justiça social; esses princípios estão presentes em cada ato, em cada manifestação, em cada ação efetivada pelos seres humanos que pertencem ao assentamento.

Portanto, identificamos que os princípios da formação omnilateral e politécnica estão sendo efetivados, nas ações desenvolvidas pela escola, bem como nas ações desenvolvidas pelas lideranças da comunidade do assentamento. Tanto na rotina das atividades escolares quanto no dia a dia do Grupo de Jovens, do Projeto Cantasol, no Projeto de Viveiro de Mudanças Frutíferas e Mudanças Nativas, nas reuniões da União dos Estudantes, identificamos a presença e a participação de alunos, ex-alunos, professores, pais que, trazem para as discussões experiências, conceitos, princípios e perspectivas de futuro, bem como, exigem posicionamentos críticos e ações concretas frente a realidade atual.

Concluimos que, mesmo com a precariedade em que se encontra a rede física, a falta de material pedagógico, falta de laboratório, quadra para a prática de esportes e espaço confortável para as reuniões de trabalho e para a realização de encontros e comemorações festivas, a Escola Florestam Fernandes está desenvolvendo um projeto sólido que vai ao encontro das demandas da comunidade, que tem reiteradamente reivindicado melhorias na estrutura da escola. Os profissionais da escola estão comprometidos com o projeto do assentamento e, percebe-se nas práticas desenvolvidas tanto pelos profissionais da escola, como nas falas dos alunos e nos depoimentos dos pais que a formação omnilateral e politécnica são princípios que permeiam o projeto de sociedade que a comunidade escolar e seu entorno pretendem desenvolver.

REFERÊNCIAS

ANDRIONI, Ivonei. **Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio no/do Campo em Mato Grosso: Limites e Possibilidades**. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 23 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação. **Referenciais para uma política nacional de educação do campo**: Caderno de Subsídios. (Coord.) RAMOS, Marise Nogueira; MOREIRA, Telma Maria; SANTOS, Clarice Aparecida dos. 2ª ed. Brasília; MEC/Secad, 2005.

_____. Ministério da Educação. **Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio**. Brasília: MEC/Setec, nov. 2007.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 26 jun. 2014 - Edição extra.

CALDART, Roseli Salete. Caminhos para a Transformação da Escola. In: CALDART, Roseli Salete; STEDILE, Miguel Henrique; DAROS, Diana. (Orgs.) **Caminhos para a Transformação da Escola**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLILA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ESCOLA ESTAUAL FLORESTAN FERNANDES. **Projeto Político Pedagógico**. 2016.

FREIRE, Paulo. **Educação Como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.

FREITAS, Luiz Carlos de; SORDI, Maria Regina Lemes de; MALAVASI, Maria Marcia Sigrist; FREITAS, Helena Costa Lopes de. **Avaliação Educacional: Caminhando pela Contramão**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Apresentação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Politécnica. In: CALDART, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

_____. Formação Omnilateral. In: Caldart, Roseli. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume 2; edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho, 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

LEMME, Pascoal. **Memórias de um Educador**. 5v. 2 ed. Brasília: INEP, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. Organização e introdução Osvaldo Coggiola. 1ª ed. Revista – São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Textos Sobre Educação e Ensino.** Tradução de Rubens Eduardo Farias. São Paulo: Centauro, 2004.

MARX, Karl. **O Capital:** Crítica da Economia Política: Livro: O Processo de Produção do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATO GROSSO. **Orientações Curriculares:** Concepções para a Educação Básica. Secretaria de Estado de Educação. Cuiabá: Defanti, 2010.

MATO GROSSO. Lei 8.806 de 10 de janeiro de 2008. Instituiu o Plano Estadual de Educação (PEE). Diário Oficial de Mato Grosso, 10 jan. 2008.

MATO GROSSO. Lei nº 10.111, de 06 de junho de 2014. Dispõe sobre a revisão e alteração do Plano Estadual de Educação, instituído pela Lei nº 8.806, de 10 de janeiro de 2008. Diário Oficial de Mato Grosso, 06 jun. 2014.

MOLINA, Mônica Castagna. SÁ, Laís Mourão. Escola do Campo. In: CALDART, Roseli Salete. PEREIRA, Isabel Brasil. ALENTEJANO, Paulo. FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci.** 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e Educação:** Fundamentos Ontológicos e Históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 nº 34 jan./abr. 2007.